

Edital de Convocação

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE, de conformidade com os artigos 17, 18, 19, 20, 45 e 54 do seu Estatuto, convoca seus filiados para participarem de uma Assembleia Geral que será realizada no dia 8 de março de 2008 (Sábado), às 8h, em primeira convocação, e às 8h30min, em segunda convocação, na Casa de Retiro N. S. de Fátima (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macêdo – Fortaleza-CE). Para discutir e deliberar a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Aprovação do Regimento Eleitoral para renovação da Direção Colegiada, do Conselho Fiscal e das Coordenações das Delegacias Sindicais do SINTSEF/CE, gestão 2008/2011; 3) Eleição da Comissão Eleitoral; 4) Aprovar o balanço financeiro e patrimonial do SINTSEF/CE, referente ao ano de 2007; 5) Ajuizamento de ação para obter o desconto a título de contribuição para o Plano de Seguridade Social (PSS) sobre os valores referentes ao terço constitucional de férias recebidos pelos servidores; 6) Eleição de delegados a 10ª Plenária Estadual da CUT/CE

Fortaleza, 11 de Fevereiro de 2008
 A Direção Colegiada.

SINTSEF/CE realiza manifestação na Praça do Ferreira



No dia 24 de janeiro, Dia Internacional do Aposentado, o SINTSEF/CE promoveu uma manifestação, na Praça do Ferreira, ponto de encontro dos aposentados, levando sua mensagem de felicitações. Embora poucos servidores estivessem presentes, não faltaram os companheiros comprometidos com as causas dos trabalhadores. *pág. 3*

CUT Ceará realiza 10ª Plenária Estadual nos dias 25, 26 e 27 de abril

A CUT Ceará realizará a 10ª Plenária Estadual nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2008, no SESC-Iparana/Caucaia, e deve obedecer aos critérios estabelecidos em regulamento, aprovado pela Direção Estadual, reunida no dia 17 de janeiro de 2008, observando os termos estabelecidos no Estatuto da Central. A 10ª Plenária Estadual será composta por delegados (as) de cada entidade filiada à CUT e quite com suas obrigações estatutárias, na proporção de 01 (um) delegado (a) para cada 1.000 (hum mil) sócios quites ou

fração de cinquenta por cento mais um, assegurado, no mínimo, 01 (um) delegado (a) por entidade filiada. Desta forma, SINTSEF-CE terá o direito de eleger 9 delegados, já que possui pouco mais de 9 mil filiados. Os delegados do SINTSEF/CE serão eleitos em Assembleia Geral que será realizada no próximo dia 8 de março, às 8h, em primeira convocação, e às 8h30min, em segunda convocação, na Casa de Retiro N. S. de Fátima (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macêdo – Fortaleza-CE).

Reunião de aposentados e pensionistas da Região Metropolitana dia 26 de março de 2008, às 15h, no auditório do SINTSEF/CE. Rua 24 de maio, 1201 – Centro.

Momento de decisão

A luta em defesa dos reajustes dos servidores, negociados em 2007 é uma tarefa a seguir. Uma série de ações está sendo preparada para pressionar o governo a manter os acordos firmados. Com o fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo afirma que nem todas as promessas feitas aos servidores poderão ser cumpridas. A justificativa é que sem os R\$ 40 bilhões arrecadados com a CPMF, não existe verba no Orçamento para garantir reajuste de salários.

Sabemos que isso não é verdade. Nos próximos dias 23 e 24 de fevereiro a Condsef realiza uma plenária nacional da categoria para discutir e deliberar um

plano de lutas capaz de forçar o Governo a atender as nossas reivindicações. Somente com a unidade do conjunto da categoria poderemos pressionar o governo para cumprir os acordos firmados no ano passado. Uma das propostas a serem debatidas nessa plenária é o indicativo de greve unificada de todos os servidores federais para o mês de março, portanto é imprescindível, a mobilização da categoria para construção da greve porque somente assim iremos conseguir o nosso pleito.

No dia seguinte à votação da CPMF, em dezembro passado, o Presidente da República defendeu a contratação de mais servidores. “É preciso acabar com essa mania de que os funcionários pú-

blicos federais ganham bem. Na verdade, quase todos ganham mal”, disse Luís Inácio Lula da Silva. No segundo dia de janeiro, o governo informou que poderia haver suspensão ou atraso na implantação dos acordos assinados e que outras negociações seriam suspensas.

Por isso, devemos lutar para acabar com que essas contradições do governo e conseguir que as propostas defendidas pela categoria sejam atendidas. É a condição para o governo recuar e deixar de cobrar a conta da CPMF do nosso salário e do serviço público. Não vamos aceitar o descumprimento dos acordos e a paralisação das negociações!

A Direção Colegiada.

Opinião

Anistiados X Burocracia

Conforme matéria divulgada no jornal SINTSEF/CE nº 215 sobre o reingresso dos anistiados do governo Collor, tudo leva a crer que o maior obstáculo enfrentado pelos Sindicatos e associações nesta luta é a velha burocracia acompanhada de má vontade e falta de ética dos diretores e superintendentes de estatais e órgãos públicos, acompanhado pelo jogo do empurra, empurra. E fica claro que o próprio presidente Lula é favorável ao reingresso, o mais difícil já foi realizado que é a aprovação da LEI 8.878/94. Ai, podemos observar que os consultores e os que formam a Comissão Especial Interministerial ou não estão entendendo ou estão se fazendo de leigos para protelar e prejudicar a vida destes que foram vítimas do egoísmo e mal

administradores do serviço público. Para que estas indagações da comissão em saber por quê? Onde foi? Qual o seu nome, por que saiu, onde mora? Não cabe mais relatar um ato impensado de um ex-presidente no uso de tirania e perversidade. Se Jesus usasse desta burocracia, talvez nunca teria realizado os milagres perante os leprosos, mendigos e os discriminados pelos reis da época. O que Jesus faz é agir sem perguntas, vai, levanta-te e caminha, olha e verás, tuas lepras foram curadas, teus pecados foram perdoados, tua fé te curou. Ai, podemos observar que quando alguém lhe pedia ou pede socorro, ele não fez e nunca fará perguntas: quem é você?, onde mora?, porque veio me pedir?, quem é seu pai?. O mesmo está acontecendo com

esta comissão, pois, já que sabem de tudo sobre estes ex-empregados, para que tantas indagações a respeito de sua vida? E mesmo que estas demissões tenham sido por motivação política, a anistia já o anistiou e os seus pecados foram perdoados. O que está faltando é boa vontade, ética e agilidade por parte dos diretores e superintendentes de órgãos públicos. Por que se um dirigente usar o argumento de que não existe vaga ou falta atribuições para os mesmo, isso se trata de um atestado de incompetência, pois sabemos que os órgãos públicos estão carentes de pessoal, principalmente com a experiência destes anistiados. Não ao egoísmo, não a burocracia, não a falta de ética! E não a centralização de poderes.

José Fernandes Neto. ASSEC-CE.

Movimentações dos servidores do Inkra

No dia 23 de janeiro, houve uma reunião entre a direção da Condsef, a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inkra, a SRH/MP, além de outras entidades, sobre a reestruturação da carreira dos servidores. Nesse contexto, foi dito que as representações dos servidores não abrem mão de seus acordos já firmados. Os companheiros do Inkra, com respeito à assinatura do termo de acordo, esclareceram que desde 19 de dezembro de 2007, a decisão sobre a celebração do termo já havia sido aprovada e que isto não ocorreu por deliberação unilateral da SRH/MP, que, na ocasião, alegou que todos os acordos, assinados e não assinados estavam sobrestados até segunda or-

dem. Lembram ainda os representantes do Inkra, que a reunião marcada para o dia 22 de janeiro deste ano, fora adiada para o dia 23 de janeiro juntamente com os outros órgãos. No dia 30 de janeiro, os representantes do Inkra, juntamente com a Condsef, participaram de uma reunião com o ministro Paulo Bernardo que informou que o governo vai cumprir os acordos assinados e a serem assinados, se assim for aceito pelas partes. Serão repactuados os prazos de implantação tão logo o orçamento seja reajustado e aprovado. Após a reunião o secretário da SRH/MP em conversa informal com o representante da CNA-SI, que irá agendar uma reunião com o Inkra para assinatura do termo de acor-

do. Sobre o plano Fassincra-Saúde, dos servidores do Inkra, foi assinado o novo convenio em 18 de janeiro de 2008, obdecendo a regras conforme portaria da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento N.º01 de 2007, os referidos servidores realizaram uma assembléia dia 28 de janeiro, formando uma comissão para analisar o relatório do Grupo de Trabalho, e apresentar proposta na assembléia do dia 7 de fevereiro no auditório do Inkra. Nesta mesma assembléia foram eleitos dois representantes, sendo: Luiz Guedes Figueredo Alcoforado e Sandra Lúcia da Silva Mota para participarem da Plenária da Cnasi, em Brasília, no período de 25 à 28 de fevereiro.

SINTSEF/CE realiza assembléias na Região dos Inhamuns

O SINTSEF/CE realizou nos dias 24 e 25 de janeiro assembléias com seus filiados da Região dos Inhamuns. No dia 24 de janeiro, a reunião aconteceu a tarde na cidade de Independência, principalmente com aposentados e pensionistas de diversos órgãos, sejam filiados ou não, e teve o objetivo de levantar a conscientização da importância de ser sindicalizado. No dia 25, a assembléia foi realizada pela manhã

na cidade de Crateús, na sede da Delegacia Sindical, para filiados de diversos órgãos. À tarde, a mesma assembléia foi realizada na cidade de Tauá. O objetivo dessas assembléias foi o repasse de informações aos filiados feito pelos quatro delegados sindicais que participaram do 9º Congresso da Condsef. Os delegados repassaram os informes gerais do congresso, além de levantarem a discussão sobre a mobilização dos

servidores para que estejam atualizados sobre as negociações com o governo dos reajustes salariais, em suspensão por causa do fim da CPMF. Os trabalhadores estão sendo mobilizados. Participaram dessas assembléias, os diretores do SINTSEF/CE Murilo Maciano, Alfredo Moreira, João Eudes, Benedito Holanda e Sandra Mota, além dos coordenadores e delegados de base da Região dos Inhamuns.

SINTSEF/CE realiza manifestação na Praça do Ferreira



No dia 24 de janeiro, Dia Internacional do Aposentado, o SINTSEF/CE promoveu uma manifestação, na Praça do Ferreira, ponto de encontro dos aposentados, levando sua mensagem de felicitações. Embora poucos servidores

estivessem presentes, não faltaram os companheiros comprometidos com as causas dos trabalhadores. Demonstraram através de palavras sua indignação com a falta de atendimento aos anseios dos aposentados e pensionistas no âmbi-

to federal, além da falta de compromisso do governo para com os trabalhadores dessa esfera. Estiveram presentes ao movimento, os diretores do SINTSEF/CE, Geraldo Costa, Roberto Luque e Aluisio Bastos, acompanhados de vários outros servidores da base da Conab, Funasa, UFC, Dnocs, Receita Federal e tantos outros. Várias representações sindicais do Estado e do Município compareceram ao evento. A CUT também deu o seu apoio. Curiosamente, uma grande quantidade de pessoas não-participantes do movimento dos trabalhadores públicos parava para ouvir os oradores, dando ar de apoio e satisfação pelos vários pronunciamentos feitos. Vamos exigir do governo o cumprimento dos acordos, a continuidade das negociações e a paridade de ativo-aposentado-pensionista.

**Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal
no Estado do Ceará – SINTSEF
Demonstrativo de Receitas e Despesas Referente ao
Período de 01/01/2007 à 31/12/2007.**

TITULO DA CONTA	JANEIRO A DEZEMBRO/2007
RECEITAS	2.708.145,77
RECEITAS MENSALIDADES	2.228.834,93
RECEITAS DE PRECATÓRIOS	468.601,43
DIVERSAS/EVENTUAIS	10.709,41
DESPESAS	2.576.354,15
PESSOAL	298.413,62
MATERIAL DE CONSUMO (Sintsef)	272.663,02
MATERIAL DE CONSUMO (Iguatu)	8.541,39
MATERIAL DE CONSUMO (Sobral)	25.854,69
MATERIAL DE CONSUMO (Cariri)	10.991,02
MATERIAL DE CONSUMO (Baturité)	7.056,97
MATERIAL DE CONSUMO (Inhamuns)	14.223,85
MATERIAL DE CONSUMO (Quixadá)	10.631,17
MATERIAL DE CONSUMO (Russas)	9.579,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Sintsef)	289.590,34
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Iguatu)	7.984,29
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Sobral)	7.528,77
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Cariri)	16.652,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Baturité)	10.070,55
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Inhamuns)	10.082,90
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Quixadá)	30.194,14
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Russas)	13.181,44
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Sintsef)	396.996,39
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Iguatu)	3.656,80
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Sobral)	12.774,84
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Cariri)	13.660,10
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Baturité)	2.143,00
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Inhamuns)	1.467,00
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Quixadá)	3.077,00
TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Russas)	3.060,00
IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Sintsef)	60.343,42
IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Iguatu)	1.285,00
IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Sobral)	2.677,00
IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Cariri)	1.413,83
IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Baturité)	1.944,33

IMPrensa e Divulgação (Inhamuns)	1.021,99
IMPrensa e Divulgação (Quixadá)	1.960,00
IMPrensa e Divulgação (Russas)	1.493,93
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Sintsef)	350.973,88
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Iguatu)	420,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Sobral)	100,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Cariri)	2.413,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Baturité)	0,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Inhamuns)	160,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Quixadá)	10,00
CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Russas)	0,00
LOCAÇÃO (Sintsef)	52.100,00
LOCAÇÃO (Iguatu)	4.940,00
LOCAÇÃO (Sobral)	3.635,00
LOCAÇÃO (Cariri)	1.940,00
LOCAÇÃO (Baturité)	5.450,00
LOCAÇÃO (Inhamuns)	0,00
LOCAÇÃO (Quixadá)	302,39
LOCAÇÃO (Russas)	260,00
FINANCEIRAS (Sintsef)	28.717,65
FINANCEIRAS (Iguatu)	310,57
FINANCEIRAS (Sobral)	737,02
FINANCEIRAS (Cariri)	623,11
FINANCEIRAS (Baturité)	1.060,86
FINANCEIRAS (Inhamuns)	457,05
FINANCEIRAS (Quixadá)	382,81
FINANCEIRAS (Russas)	354,49
DESPESAS DIVERSAS (Sintsef)	13.139,04
DESPESAS DIVERSAS (Iguatu)	0,00
DESPESAS DIVERSAS (Sobral)	0,00
DESPESAS DIVERSAS (Cariri)	13.793,92
DESPESAS DIVERSAS (Baturité)	3,60
DESPESAS DIVERSAS (Inhamuns)	0,00
DESPESAS DIVERSAS (Quixadá)	0,00
DESPESAS DIVERSAS (Russas)	16,81
ASSESSORIAS (Sintsef)	420.526,26
DIRETORES LIBERADOS	121.311,75

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2007

Valterlando Pereira de Lima
Contador-SINTSEF

Antônio Alfredo Moreira da Silva
Coordenador Finanças-SINTSEF

SERVIDORES IN-ATIVOS: aposentados e pensionistas?

A palavra “aposentar” tem vários sentidos na língua portuguesa: pôr de parte, de lado; agasalhar; abrigar; acolher; tomar aposento; alojar; morar; viver; habitar; etc. O termo parece também significar algo como inutilidade, desgaste, velhice, desuso, inapto, inerte e por aí vai. “Aposentado” soa como alguém “sem posto” algum mais no trabalho e na vida, deslocado de..., desprezado por...; ecoa como esperar morrer, fenece, desaparecer do mundo. Eis o drama existencial de quem deu ou doou o seu tempo de vida aos patrões, aos exploradores do trabalho, da juventude, do sangue, suor e lágrimas; aos propagadores de ilusões sobre a “dignidade do trabalho”, por uma merreca de salário injusto e aviltante. Esse, podemos dizer, é o sentido “sem sentido” da vida do “extrabalhador” que, às vezes, continua a trabalhar, porque sua aposentadoria não dá para ele sobreviver, e, assim, tomando postos dos jovens que querem ingressar no humilhante e perverso mercado de trabalho capitalista excludente, criador de párias sociais.

Quantos são os inativos no Brasil? São 25 milhões de aposentados e pensionistas no país, e destes, 17 milhões ganham o salário mínimo. Em cada 3 aposentados, 1 continua no mercado de trabalho, mesmo recebendo do INSS, isto é, eles já somam 6,6 milhões de aposentados ainda trabalhando que não conseguem descansar, desfrutar da sua aposentadoria de forma prazerosa. Para esses aposentados, não há o fim do trabalho; e continuam a se desgastar física e mentalmente no trabalho estressante em vez de curtir a vida restante. Muitos se aposentam no setor privado e permanecem nos mesmos postos, porque a lei permite. Para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Planejamento, entre os aposentados que recebem um mínimo por mês, 12% se encontram entre os mais pobres. O salário mínimo atinge 41% da renda média obtida pelos brasileiros e corresponde aproximadamente duas vezes mais o que ganham, em média, os 20% dos brasileiros mais pobres que possuem algum rendimento mensal. Segundo o IPEA, esgotou-se a função do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema, pois passou a ter impacto muito reduzido na distribuição de renda.

A política de aumentos reais para o salário mínimo onera cada vez mais a previdência, em que milhões de benefícios assistenciais (pois não tiveram contrapartida da contribuição) são indexados aos reajustes de salário-base do país. O INSS gastava com

salários o equivalente a 4,6% do PIB (Produto Interno Bruto) em 1995 e deve atingir 7,3% do PIB em 2007. Pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o reajuste do salário mínimo, entre 2008 e 2011, será com base na variação anual da inflação mais o crescimento médio do PIB de dois anos imediatamente anteriores. Segundo o IPEA, o reajuste “real” do mínimo, ainda mínimo, causou o aumento no número de trabalhadores que recebem um rendimento abaixo do mínimo, de 34% para 42,3% em dez anos. Não devemos nos esquecer de que o valor mínimo da Previdência é R\$ 380 e o máximo, de R\$ 2.894,28.

Fora isso, os trabalhadores estão sob ameaça do setor privado, ou melhor, do Mercado da Previdência Complementar que deseja cativar os 25 milhões de idosos ou pessoas com mais de 60 anos em 2020, ou seja, 11,4% da população projetada em 219 milhões de pessoas. Para atender a esse universo de pessoas, existem dois tipos de previdência complementar: os planos abertos, administrados por instituições financeiras, sob a supervisão da Superintendência dos Seguros Privados (Susep), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, e os planos fechados, submetidos ao Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria da Previdência Complementar. Esse duplo comando é uma das raízes de conflitos de interesses e objetivos. Portanto, não é à-toa que o universo dos recursos de fundos é coibidíssimo, pois há 376 fundos de pensão que administram 960 planos fechados, com ativos de R\$ 290 bilhões ou quase 17% do PIB, ou seja, incluindo 6,5 milhões de pessoas entre participantes e beneficiários. Já os planos abertos (privados) possuem ativos bem menores no valor de R\$ 70 bilhões e 286 mil beneficiários. Para os fundos privados, a meta é cativar e fidelizar os futuros idosos, um verdadeiro pote de ouro.

O discurso da Previdência “em déficit” se esquece de afirmar que o Estado brasileiro deve à Previdência bilhões de reais, pois muito do dinheiro previdenciário foi desviado para construir obras de grande porte como, por exemplo, Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Brasília, etc., ou seja, o Estado brasileiro é devedor da Previdência Social em mais de R\$ 100 bilhões (número impreciso). Por outro lado, há a questão estrutural do capitalismo, ou seja, o desemprego estrutural, aquele que emprega menos pessoas por causa das inovações tecnológicas, faz com que a arrecadação previdenciária fique menor. O Ideal seria que tivéssemos 5 trabalhadores

para cada 1 aposentado, mas parece que essa proporção está em 2 para 1. Portanto, fazer uma reflexão profunda da crise da previdência e da redução dos salários dos trabalhadores implica em analisar o desenvolvimento do capitalismo atual, sua crise, seus limites de expansão da produção/lucro e de contratação de mão de obra etc. É fazer uma crítica radical do sistema capitalista como um todo, pois não adianta restringir-se a um aspecto ou parte da sua realidade sem compreender como funciona na sua totalidade, isto é, o mecanismo que faz funcionar a sociedade desta forma perversa e cruel.

No caso dos inativos do serviço público, a realidade parece se contrapor sempre a esses servidores, ou seja, a paridade entre ativos e inativos é violada. Basta ver as gratificações como a GDATA, instituída pela Lei 10.404/2002, que trata de uma gratificação paga em exercício de cargo, cuja variável está de acordo com os critérios de avaliação da instituição e do servidor. Os inativos, por exemplo, tiveram inicialmente a garantia apenas de 10 pontos, enquanto os ativos começaram com 37,5 pontos. O Supremo Tribunal Federal julgou dois Recursos Extraordinários que garantiram a alguns inativos a paridade no valor de 50 pontos. Eis o primeiro momento de uma luta árdua.

Por fim, o que é mais injusto nisso tudo é que pessoas que trabalharam quase metade de suas vidas para a sociedade, para o Estado, para enriquecer os gananciosos capitalistas, ainda tenham que continuar a trabalhar para complementar o seu salário insuficiente a sua sobrevivência, sobretudo, as pessoas que têm que pagar planos de saúde e comprar medicamentos, geralmente caros, para subsistir, gastando, muitas vezes, mais de 2/3 dos seus salários com tratamento de saúde, quando o nosso sistema de saúde pública é precário e deficitário. Na verdade, aposentado é pra ficar aposentado com qualidade de vida; e assim deixar vagas para os adultos jovens que querem entrar no mercado de trabalho (perverso) capitalista. Porém, alertamos também para a entrada precoce de jovens em idade escolar (adolescentes) no mercado de trabalho, pois sabemos que trabalho e rendimento escolar se contrapõem. Os jovens começam a ser explorados mais cedo, ocupando postos de trabalho dos adultos como força de trabalho alternativa, mais barata e menos organizada, uma exploração capitalista muitas vezes disfarçada nos “famosos estágios profissionalizantes”.

Jorge Luís de Oliveira – Diretor de Formação Política do SINTSEF-CE

Informações sobre processos

1/3 DE FÉRIAS - O sindicato ajuizará, nos próximos dias, ação ordinária pleiteando a abstenção dos descontos a título de contribuição para o plano de seguridade social (PSS) sobre os valores referentes ao terço constitucional de férias recebidos pelos servidores públicos federais. Existem precedentes judiciais que confirmam a pretensão do Sindicato, especialmente nos **Tribunais Superiores Brasileiros, que entendem que não é possível a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. A justificativa dos Tribunais é de que os valores referentes ao terço de férias são ganhos eventuais e, dessa forma, tanto não se incorporam para efeitos de aposentadoria, como não podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária, que somente incide sobre os ganhos habituais.** Neste processo, requer-se, também, liminarmente, a suspensão cautelar de descontos para a contribuição para o plano de seguridade social (PSS) sobre o terço constitucional de férias recebido pelos substituídos nas ações. Destacamos que este processo, em virtude da sua própria natureza, apenas beneficiará os servidores da ativa e os que se aposentaram nos últimos cinco anos.

3,17% E 28,86% - O SINTSEF/CE

chama atenção dos filiados para a Instrução Normativa nº 3, de 19 de julho de 2004, da AGU (Advocacia-Geral da União), que determina que a União não recorrerá de decisão judicial que conceder o reajuste de 28,86% sobre os vencimentos do servidor público civil, em decorrência da lei nº 8.627/93, com a dedução dos percentuais concedidos ao servidor, pela mesma lei, a título de reposicionamento. Já a Instrução Normativa nº 5, de 19 de julho de 2004, estabelece que a AGU não recorrerá de decisão judicial que determinar a aplicação do índice de 3,17% aos vencimentos dos servidores públicos, com fundamento na Lei nº 8.880/94. Ambas as normas prevêm que a União desistirá de recurso já interposto contra decisões referentes aos 3,17% e a 28,86%. Ocorre que, apesar da edição das normas mencionadas, o que observamos na prática jurídica é que a União continua a interpor recursos, com o intento de protelar o pagamento dos 3,17% e dos 28,86% aos servidores, com total conivência do Judiciário.

ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇOS - O SINTSEF/CE reitera o pedido de que todos os filiados mantenham atualizado o seu cadastro, comunicando sempre qualquer alteração de endereço e/

ou telefone, para que possamos contatá-los em uma eventual necessidade, requerendo documentos ou informando o pagamento de processos, por exemplo. Ressaltamos que se tornou corriqueiro o fato de devolução de correspondências encaminhadas a servidores, devido a erros nos endereços cadastrados. As atualizações dos endereços e telefones podem ser feitos diretamente no Sindicato, através do telefone 85-32557300, ou nas delegacias sindicais, para os servidores residentes no interior do estado.

EMPRÉSTIMOS E SEGUROS CONSIGNADOS - Nos últimos meses, o SINTSEF/CE vem alertando incessantemente aos servidores públicos, especialmente aos aposentados e às pensionistas, que tenham muita cautela ao efetuar empréstimos ou seguros consignados, pois temos recebido muitas denúncias de fraude envolvendo estas atividades. Ao assinar os contratos, atentem para o valor e o número de parcelas em que devem ser pagas à empresa contratada e, em hipótese alguma, assinem contrato total ou parcialmente em branco. Fiquem atentos, também, para quaisquer alterações em seus contra-cheques e comuniquem à Coordenação de Aposentados do Sindicato qualquer irregularidade.

A voz da base

Ao Exmo. Senhor Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Consultando a revista “Conjuntura Econômica”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em artigo intitulado “Político Fiscal”, de Margarida Gutierrez, percebo que, atualmente, a situação se traduz de forma auspiciosa para nossa economia, o que não traz nada de novo para diligentes assessores. Todavia, vejamos alguns dados, visando fundamentar minha curiosidade: NFSP (Necessidade de Financiamento do Setor Público), Déficit Operacional R\$ 54,6 bilhões (o que equivale a 2,18% do Produto Interno Bruto); Superávit Primário de R\$ 105,7 (4,23% do PIB), acima da meta de 3,8% do PIB; Dívida Pública R\$ 1,225 trilhões com juros de

R\$ 160 bilhões; DIV/PIB em torno de 42%, declinando; Formação Bruta de Capital Fixo 17% do PIB, bastante confortável, após vinte anos em queda. Portanto, a realidade não é tão sombria. O país apenas não consegue poupar porque os juros impedem. A meu ver, essa variável constitui o maior gargalo de nossa economia, travando um crescimento sustentado. Vossa Senhoria não acha que 2% a menos na taxa Selic ainda deixaria os juros reais bastante competitivos em níveis internacionais, gerando receitas que juntas ao “efeito multiplicador dos gastos do governo” fariam o país crescer mais de 6% em 2009; em vez de medidas recessivas como as que pretendem tomar? Querem mais uma vez penalizar

os aposentados e pensionistas com esse ônus? Quem conhece o mínimo de história do Brasil sabe o perigo que um gestor público corre ao humilhar um coronel do exército com um mísero soldo de R\$8.500; enquanto um policial de nível médio exibe um contracheque de R\$ 14.000 e um advogado de R\$ 17.000. Sem falar em mesas de negociações pelegas, arrogantemente escarneçadas, com seus líderes recebidos por funcionários de terceiro escalão. Todo extremo é perigoso... O caminho do meio é o da razão, o mais sensato – pensava Sócrates.

Francisco Soares da Silva

Delegado de Base do SINTSEF/CE,
economista aposentado do MT

Luis Carlos Macêdo fala sobre as perspectivas da Secretaria dos aposentados e pensionistas da Condsef



PERFIL: SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA FUNASA/CORE, FARMACÊUTICO, RADIALISTA, PROFESSOR DE BIOLOGIA.

No dia 18 de janeiro deste ano aconteceu a posse da nova direção e coordenação dos departamentos da Condsef, em Brasília. O coordenador geral do SINTSEF/CE, Luis Carlos de Alencar Macedo, assumiu como titular a Secretaria de Aposentados e Pensionistas da Confederação.

Essa secretaria responde pelas acordos e lutas dos aposentados e pensionistas em caráter nacional, através da Condsef.

Quais suas perspectivas para a gestão do triênio 2008/2011 da secretaria

de aposentados e pensionistas?

A principal perspectiva para essa gestão triênio 2008/2011 é consolidar a luta dos aposentados e pensionistas no plano nacional, integrando-a a luta dos ativos na base da Condsef. Para materializarmos essa consolidação, faz-se necessário a conscientização crítica e política dos servidores aposentados e pensionistas.

Sobre a questão da paridade entre aposentados e pensionistas e os servidores ativos, quais ações que a Secretaria pretende tomar?

As principais ações que pretendemos tomar sobre a paridade são ações de natureza política, através de mobilização, exigindo que o governo Lula respeite os aposentados e pensionistas, homens e mulheres que construíram o serviço público e a nação. A paridade é um princípio jurídico de tratamento semelhante, pois o estômago do aposentado e pensionistas não é

diferente dos servidores ativos. Além dessa luta política, iremos lutar juridicamente. Não podemos dissociar uma da outra.

Após a primeira reunião da direção nacional da Condsef, qual a agenda da Secretaria em função dos aposentados e pensionistas?

Dia 25 e 26 deste mês, os membros da Secretaria de Aposentados e Pensionistas reuniram-se na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em Luísiana (GO), e traçamos o plano de luta e mobilização, no que diz respeito a ações políticas e jurídicas da Secretaria em defesa dos direitos e conquistas dos aposentados e pensionistas. Uma das principais ações diz respeito a luta pela paridade, como também a máfia instalada no Brasil e no interior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entrando ilícitamente nos contracheques dos mesmos, sem prévia autorização.

SINTSEF/CE alerta sobre descontos indevidos

O SINTSEF/CE, através de Coordenação de Aposentados e Pensionistas, deu entrada no dia 22 de janeiro, na Procuradoria Geral da República em uma representação contra a Seguradora USPA – União dos Servidores Públicos e Autárquicos, com sede em

Munguba, no município de Pacatuba e com escritório na rua São Paulo, nº 32, Centro. A Seguradora estava realizando descontos indevidos na conta bancária, via Banco do Brasil, dos servidores aposentados e pensionistas da capital e interior. Qualquer servidor que tenha

recebido correspondência da citada seguradora, deve comunicar à Coordenação de Aposentados do SINTSEF/CE. Qualquer outro desconto que seja feito sem a autorização do servidor também deve ser comunicado as Delegacias ou ao SINTSEF/CE.

Notas

O Grupo de Estudo, sob a coordenação do Diretor de Formação Política, Jorge Luís, reiniciou no dia 18 de janeiro de 2008, com um convidado especial, o professor Deribaldo Santos da UECE. Ele trouxe um texto para leitura e debate com o título: “A dialética do trabalho na tradição clássica do marxismo: notas introdutórias”. Nos dias 30 de janeiro e 8 de fevereiro de 2008, houve um outro convidado para debater com o Grupo de Estudo, o intelectual da Crítica Radical, Jorge

Paiva, do Instituto de Filosofia da Práxis. Os pontos temáticos foram: “A crise do valor no capitalismo pós-industrial”, “A sociedade sem trabalho” e “O fim da política”. No dia 15 de fevereiro, outro convidado esteve no Grupo de Estudo, o professor Eduardo Chagas do departamento de graduação e pós-graduação em Filosofia da UFC, Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel (Alemanha), cuja temática foi: “A concepção positiva e negativa do trabalho e da política em Marx”.

NOTA DE FALECIMENTO

Comunicamos o falecimento de Joana Alves Narçal, no dia 10 de fevereiro de 2008, na cidade do Crato. Joana era mãe de Francisco de Assis Alves Narçal, membro da Coordenação do Conselho de Delegados Sindicais de Base do SINTSEF/CE.